



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 22 de Janeiro de 2020

Plano ‘gigantesco’ do governo para ‘vouchers’ em creches é questionado

Experiência internacional mostra resultados controversos desse tipo de iniciativa

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou ontem uma das apostas do governo para a educação: o uso de “vouchers”, política em que as famílias recebem dinheiro para decidir, entre opções do setor privado, onde matricular seus filhos. Porém, a experiência internacional mostra resultados controversos desse tipo de iniciativa, defendida por Guedes para reduzir as desigualdades de oportunidade na primeira infância.

“Precisamos investir na educação e, quanto mais cedo, melhor”, disse Guedes, em Davos, após citar Japão e Coreia do Sul como exemplos de países que prosperaram a partir de grandes investimentos em educação e tecnologia. “Então, vamos apoiar um gigantesco [programa de] ‘vouchers’ para educação nos primeiros estágios”, afirmou.

Embora não tenha citado o termo “creche”, Guedes confirmou o andamento de uma ideia que é estudada desde a campanha presidencial. O programa tem sido costurado entre a Economia e a Casa Civil, reforçando um cenário de baixo protagonismo do Ministério

da Educação (MEC) na definição das principais políticas educacionais.

Nas discussões para formular as propostas de campanha de Jair Bolsonaro para educação, foi apresentado um estudo de Paulo Uebel, hoje secretário de Desburocratização, sobre os impactos que a medida teria na cidade de São Paulo. Uebel trabalhou no governo de João Doria na capital paulista e projetou que os “vouchers” para creches cortariam à metade os custos no município.

No governo federal, os “vouchers” para creche voltaram à mesa no segundo semestre do ano passado após a decisão de que R\$ 1,6 bilhão recuperado pela Operação Lava-Jato seria destinado para a educação.

De acordo com uma fonte, porém, o uso desses recursos para a educação infantil perdeu apelo e outras opções estão sendo estudadas. Primeiro, porque o Ministério da Economia é contra usar um dinheiro finito para financiar gastos recorrentes. Há também entraves burocráticos que dificultam o uso dessa verba para viabilizar os “vouchers”.

O debate sobre o “cheque” para creches foi tema de reunião entre a Casa Civil e técnicos do MEC, incluindo representantes da área jurídica, na semana passada,

conforme a agenda pública do ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Recentemente, Weintraub informou em sua conta no Twitter que o governo anunciará “um grande investimento em creche”. A proposta de criar “vouchers” para educação tem como formulador Milton Friedman, um dos pais do liberalismo e frequentemente citado por Weintraub durante seus discursos.

A tentativa de reforçar a atenção à primeira infância, fase considerada essencial para a formação intelectual das crianças, é defendida por especialistas em educação. Mas a alternativa dos “vouchers” está longe de obter consenso entre especialistas.

“A literatura internacional sobre ‘vouchers’ é ambígua”, afirma Daniel dos Santos, coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social (Lepes), da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA/USP).

Segundo Santos, a opção pelos “vouchers” traz um obstáculo imediato que é o critério para se estabelecer padrões de qualidade na educação infantil. “A principal missão da creche é desenvolver a criança, mas historicamente há um equívoco de que creche serve apenas para que os pais da criança possam trabalhar.”





De acordo com ele, na visão da família uma instituição que funcione em todos os turnos pode ser vista como de boa qualidade, mas não necessariamente vai entregar o que se espera para essa etapa do desenvolvimento infantil.

Para especialistas, outro ponto de atenção é como será o controle de qualidade do ensino que será dado às crianças. Pela experiência internacional, a aprendizagem dos alunos costuma ter resultados insatisfatórios quando recursos públicos são utilizados para financiar a educação privada. Além disso, há casos de desvio de recursos ou irregularidades na entrega dos serviços educacionais prometidos.

Uma fonte pondera que, durante as discussões na campanha presidencial, o entendimento era de que os “vouchers” seriam benéficos em grandes centros urbanos, já atendidos por uma rede privada de creche e, em tese, de maior qualidade do que em regiões mais remotas.

“Não há nenhum caso de sucesso de ‘voucher’ para creche no mundo.

Isso ocorre porque as condições para garantir a qualidade desse atendimento são muitas e de alta complexidade. Os ‘vouchers’ prejudicam a qualidade a serviço da expansão quantitativa”, diz Priscila Cruz, cofundadora e presidente-executiva do Todos Pela Educação.

Em sua avaliação, dada a importância dessa fase para o desenvolvimento cognitivo, emocional e físico, essa estratégia de oferta é inadequada. “O melhor seria um portfólio de políticas para a primeira infância, articulando educação, saúde e assistência, incluindo o programa já existente de visitação Criança Feliz”, afirma Priscila.

Citando o exemplo do Chile, que adotou “vouchers” nos anos 1990 para educação básica, Santos diz que um dos riscos é que as instituições vistas como de maior qualidade adotem processos de seleção devido à alta demanda.

Mesmo que o modelo de “vestibulinho” não seja aplicado às creches necessariamente, o uso de “vouchers” tende, de modo geral, a

elevar as desigualdades. “No Chile, os ‘vouchers’ geraram benefício enorme para algumas poucas escolas, mas o efeito médio foi nulo e houve piora nas camadas mais vulneráveis”, diz.

No ano passado, o MEC afirmou que planeja incluir 1,7 milhão de crianças em creches até 2020. Durante o anúncio, a pasta informou que pretendia ampliar o atendimento por uma reestruturação do Proinfância, programa de assistência financeira aos municípios e Distrito Federal para construção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliário em creches e pré-escolas.

O secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo, disse recentemente que o Proinfância é uma das prioridades neste ano, segundo texto divulgado pela pasta. Além dos vouchers, esse objetivo poderia ser atingido por meio de parcerias com o setor privado para construir, reformar e gerir creches, intenção formalizada em decreto publicado pelo MEC em novembro do ano passado. (Colaborou Thais Carranço)

Atriz na área de cultura tensiona bolsonarismo

Nomeação de Regina Duarte, a melhor alternativa, não agrada aos extremistas que controlam o setor

O convite à atriz Regina Duarte para substituir Roberto Alvim, o plagiador do ideólogo nazista Joseph Goebbels, na Secretaria de Cultura, é inteligente. Atriz experiente e respeitada no seu meio, Regina Duarte não defende teses nazistas. Pode ter uma posição mais conservadora na política, assim como há artistas mais à esquerda. O que importa é a qualificação para o cargo, e ela a tem, pela experiência profissional acumulada no teatro e na teledramaturgia.

Mas não será simples para Regina Duarte, se aceitar o convite, o que deve confirmar hoje. Nem Bolsonaro deve pensar que tudo na cultura acontecerá dentro do imaginado pela extrema direita a que se alia e à qual entregou a área. Já circularam nas redes comentários enviesados, indícios de que a milícia digital do bolsonarismo, ou parte dela, deverá ser mobilizada em ataques à nova secretária.

A guinada de Bolsonaro para o centro-convite à atriz deve gerar movimentações no subterrâneo bolsonarista. Afinal, não se pode imaginar que a provável nova secretária, sem militância extremista, com raízes na vida artística, possa concordar com os “filtros” defendidos por Bolsonaro na avaliação de projetos cinematográficos a serem apoiados por recursos públicos. Mais um eufemismo para designar censura.

Está registrado que em agosto de 1975, ainda na ditadura militar, atrizes e outros 23 profissionais da TV Globo pediram audiência ao presidente Ernesto Geisel para entregar-lhe um texto de reclamação contra a censura imposta à novela “Roque

Santeiro”, de Dias Gomes, proibida de estrear. Regina Duarte faria parte do elenco da novela na versão que foi ao ar em 1985.

Não bastará apenas substituir Alvim e seu pensamento, mas também refazer, por exemplo, as bases do Prêmio Nacional das Artes, em cujo anúncio, gravado em vídeo, o ex-secretário apareceu fantasiado de estética nazista — o cabelo, o terno, a mesa, o gesto — para anunciar o conceito da premiação. Nesta fala, Alvim plagiou Goebbels. O prêmio demonstra como o projeto bolsonarista de apoio às artes é, ou era, dirigista, intervencionista. Nada diferente do que em qualquer Estado autoritário. Se a sociedade e instituições rejeitaram este mesmo desvio na era lulopetista, inclusive com o apoio de Regina Duarte, faz o mesmo agora.

Bolsonaro reagirá? Ele e seu grupo recuarão na “guerra cultural”, em que é essencial montar aparelhos nos órgãos do Estado, em especial na Secretaria de Cultura?

Antes de iniciar seu plano de trabalho propriamente dito, Regina Duarte precisará substituir nomeados na Funarte, na Casa de Rui Barbosa, na Fundação Palmares. Sem isso, nada poderá ser feito, diante de uma equipe notabilizada pelo exotismo de suas teses: a terra é plana, rock causa aborto, a escravidão foi boa para os descendentes de escravos etc.

A reação de Bolsonaro indicará maior ou menor flexibilidade do seu governo em fazer concessões. Na economia, recuou em certos aspectos da reforma da Previdência, e resistiu em outros, como na defesa de vantagens de corporações de policiais. A melhor alternativa para a cultura seria equiparar Regina Duarte a Paulo Guedes.

Governo vai apoiar voucher para educação na 1ª infância

Guedes diz que medida faz parte de programa para a juventude e o combate à desigualdade, assim como o Emprego Verde-Amarelo

O Globo 22 Jan 2020 (Thais Carrança, do Valor)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem, em Davos, que o governo deve apoiar um grande programa de vouchers para educação na primeira infância como parte de sua agenda para o combate à desigualdade. Ao participar do painel “Strategic outlook: Latin America” no Fórum Econômico Mundial,

o ministro e demais participantes foram questionados por uma participante da plateia sobre a agenda dos países para a juventude e o combate à desigualdade.

— Precisamos investir na educação e, quanto mais cedo, melhor — disse Guedes, após citar países como Japão e Coreia do Sul, que prosperaram a partir de grandes investimentos em educação e tecnologia.

— Então, vamos apoiar um gigantesco programa de vouchers para educação nos primeiros estágios.

Ele disse ainda que a reforma da Previdência foi focada nos jovens e citou a agenda de desoneração de salários para contratação de jovens, o chamado Emprego Verde-Amarelo.

Ele lamentou ainda o fato de o sistema de capitalização na

Previdência, proposto pelo governo, não ter sido aprovado pelo Congresso.

Segundo Guedes, a desigualdade de renda no Brasil tem duas origens principais. A primeira delas é a desigualdade de oportunidades, em que jovens de origem pobre, que não têm boa educação, não conseguem bons empregos e não falam inglês. A segunda, disse o ministro, são os privilégios gerados pela falta de competição no mercado interno.

— Nunca na história da humanidade tantas pessoas deixaram a pobreza em países como Índia, China e Vietnã. Eles estão escapando da pobreza usando as mesmas ferramentas que nós não estamos usando: mercados, competição — afirmou Guedes, citando os poucos concorrentes existentes no Brasil em mercados como os de materiais de construção e bancário. — Temos cartéis para todos os lados porque não gostamos do capitalismo, odiamos competição.

O ministro citou ainda a Lei da Liberdade Econômica como um dos feitos do governo Bolsonaro:

— Nos EUA, tudo é permitido, exceto o que é proibido. No Brasil, tudo é proibido, exceto o que é permitido.

Segundo Guedes, quanto maior o controle do governo sobre recursos, maior a corrupção, daí a opção do governo por descentralizar recursos e poder político.

Site do Sisu apresenta problemas no primeiro dia



Instabilidade. Com falhas, site do Sisu reúne 237.128 vagas em 128 instituições de ensino superior públicas do país

Na manhã de ontem, ministro da Educação postou mensagem dizendo que inscrições estavam ‘rodando normalmente’, mas alunos relataram dificuldades ao longo do dia; após erro no Enem, organizações estudantis pedem no MPF auditoria em resultado

BRUNO ALFANO, PAULA FERREIRA E RODRIGO DE SOUZA *
sociedade@oglobo.com.br RIO DE JANEIRO

*Estagiário, sob orientação de Marco Aurélio Canônico.

Apesar de o ministro Abraham Weintraub (Educação) publicar, às

8h21m, que o Sisu — aberto à meia-noite de ontem — estava “rodando normalmente”, alunos de todo o país tiveram problemas para fazer as inscrições no site em que usamos notas do Ensino Nacional do Ensino Médio (Enem) para concorrer a vaga sem universidades públicas. A reclamação e o fato de que o portal dava as inscrições como encerradas.

O estudante Henrique José, 22 anos, pela terceira vez usando o Sisu, diz que o processo de inscrição no sistema sempre foi atribulado, mas antes não havia tanta “enrolação”.

— Estou tentando entrar desde as 9h da manhã, mas o site “buga” na parte de selecionar o curso. Acho que depois fecharam de vez, porque

não carregava mais nada — disse o morador de São Gonçalo, que quer cursar Letras Inglês na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Desde 2010, o site do Sisu apresenta problemas de acessos simultâneos no primeiro dia de inscrições. No entanto, nunca foi exibida a mensagem que dava as inscrições como encerradas.

No fim do dia, Weintraub voltou às redes em novo vídeo no qual afirmou que usuários “experimentaram lentidão” no site por conta do excesso de acessos ao mesmo tempo.

— Houve uma demanda muito acima do que era previsto e do que era no passado. Já trabalhávamos com um incremento de demanda, mas não tão grande. Com isso, tivemos que fazer algumas adaptações — afirmou.

Ainda de acordo com o ministro, houve, até as 19h de ontem, 827 mil inscrições de 474 mil estudantes. Cada candidato pode fazer até duas inscrições: uma em cada universidade ou curso que tem interesse.

— Fiquem tranquilos. O sistema está funcionando. E tem até domingo (para tentar uma vaga). Todo mundo vai poder se inscrever. Ninguém vai ser deixado para trás — afirmou Weintraub no vídeo.

O Sisue a principal forma de acesso ao ensino superior público com uso da nota do Enem. Para concorrer, é preciso não ter zerado a redação na edição de 2019 do exame. Neste semestre, são





237.128 vagas em 128 instituições de ensino superior públicas de todo o país. O procedimento de inscrição é gratuito e deve ser feito no site do programa.

ENEM EM DISPUTA

Enquanto isso, o governo ainda precisa lidar com os problemas causados pelo erro do cálculo da nota de quase seis mil candidatos do Enem. A União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e a Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG) protocolaram ontem no Ministério Público Federal (MPF) um pedido para a realização de uma auditoria nas notas do Enem. O objetivo é “apurar se as notas atribuídas aos alunos que prestaram a prova E nem estão condizentes como desempenho deles na prova”, diz o texto.

O ofício também pede para que as condutas de Weintraub e do presidente do Inep, Alexandre Lopes, sejam investigadas, “no que se refere a improbidades administrativas”.

—Estamos acompanhando com atenção a confusão e a balbúrdia que

o MEC causou nas provas do Enem — afirmou Iago Montalvão, presidente da UNE, em vídeo publicado nas redes sociais: — Além disso, também entramos com um pedido de ação civil pública por danos morais a todos os estudantes que foram constrangidos e prejudicados por todos esses erros.

Já a Comissão Externa de Acompanhamento do Ministério da Educação (Comex/ MEC) na Câmara divulgou uma nota atribuindo as falhas no Enem à “atabalhoada contratação da gráfica” Valid S.A. A Comex afirma ainda que a gestão “precária” de pessoas e a paralisação no desenvolvimento e manutenção dos softwares seriam alguns dos motivos que explicam o erro na nota dos participantes. A comissão pede que os culpados sejam responsabilizados e que o MEC inclua no próximo edital do exame uma previsão para a revisão de notas.

A comissão diz que o erro é fruto da “precarização da gestão do MEC”, afetou a credibilidade da prova e transferiu o ônus do erro totalmente ao participante que teve suas notas divulgadas erradamente. Ainda segundo o texto, a Comex

identificou que, na gestão Bolsonaro, o Inep tem servidores em cargos estratégicos como menor nível de escolaridades e comparado às duas gestões anteriores.

ERRO MECÂNICO

O Inep informou que recebeu 172 mil e-mails relatando erros, e todas as 3,9 milhões de provas da última edição do Enem foram conferidas. O órgão vai abrir um processo administrativo contra a Valid, responsável por realizar o Enem — gráfica não quis se pronunciar.

Segundo o presidente do Inep, duas máquinas diferentes imprimem o caderno de questões e o cartão-resposta, depois uma terceira une os dois papéis, identificados com código de barras e o código do participante. Um problema no equipamento teria “descasado” prova e cartão, fazendo com que um caderno amarelo, por exemplo, fosse vinculado a um cartão-resposta de outra cor. O órgão diz estudara implementação de “testes de consistência” para incorporar ao processo de correção nos próximos anos.

OPINIÃO DO GLOBO
Novo ENEM

MAIS UM problema operacional no Enem deixou milhões de jovens tensos e ampliou as suspeições que existem em torno de um exame que aos poucos virou um gigantesco vestibular.

TEM SEUS méritos ao permitir o preenchimento de vaga em todo o Brasil, mas suas dimensões mastodônticas o tornam de difícil

administração, o que se agrava em um período gerencial sombrio no MEC.

NÃO DEVEM ser esquecidas a ideia de divisão do Enem em duas provas anuais, nem a experiência de descentralização seguida em outros países. Chega a ser cruel submeter o estudante a um único exame que decidirá sua vida durante um ano.

Weintraub fez um Enem infernal

ELIO GASPARI

É a mesma história, a quitanda abre tarde, sem berinjelas para vender nem troco para a freguesa. Não bastassem as filas do INSS, o governo conseguiu azucrinar a vida da garotada que fez o exame do Enem e viu-se tungada nas notas. Aos aposentados disseram que fila é "estoque" e atraso é "empoçamento". Aos estudantes dizem que erro nas notas é "inconsistência" e que o Inep "imediatamente adotou medidas". A primeira afirmativa é empulhação, a segunda, mentira.

O vestibular sempre foi uma crueldade imposta aos jovens brasileiros. Em duas manhãs eles são obrigados a jogar um ano de vida, bem como suas expectativas pessoais e de seus familiares. Desde 2009 acontecem desgraças nesse exame. Num ano houve o furto de provas na gráfica, em três outros comprovaram-se vazamentos de questões. O que aconteceu com o exame de 2019 foi coisa inédita: erraram nas notas dadas a estudantes e em dois dias foram da onipotência à mistificação.

Aos fatos:

Vitor Brumano, 19 anos, candidato a uma vaga num curso de engenharia, viu que sua nota não

conferia. Tentou se queixar, mas não havia onde. Ligou para um 0800 e a atendente lhe disse que era isso mesmo. Registrou sua reclamação junto à Ouvidoria do Inep e recebeu a seguinte resposta:

"O edital que regulamenta o exame não prevê a possibilidade de recorrer da nota, pois o desempenho do participante na prova objetiva é calculado com base na TRI, a prova do Enem tem 180 questões objetivas. Portanto, a média não é exatamente proporcional à quantidade de acertos porque as perguntas têm grau de dificuldade diferente". Conversa de educateca.

Vitor criou um grupo no WhatsApp. Começou com sete jovens tungados e em poucos dias teve 2.000 comentários.

No sábado (18), o ministro da Educassão, Abraham Weintraub, disse que "nós encontramos algumas inconsistências na contabilização da segunda prova do Enem. (...) Um grupo muito pequeno de pessoas teve o gabarito trocado. (...) Estamos falando de 0,1%". Conta outra, doutor, foram pelo menos 6.000 jovens e nenhum deles seria lesado em 0,1% de seu desempenho mas, em muitos casos, em 100%.

Weintraub sabe o que é ralar como estudante. Em 1989 ele estava no primeiro ano de economia na USP e tomou quatro zeros. Como ministro, explicou-se: "Foi um inferno. Meus pais se separaram, teve o Plano Collor, minha família desmanchou, eu tive depressão e sofri um acidente horrórico que eu tive que colocar um parafuso no braço." O inferno do jovem Weintraub derivou de circunstâncias pessoais. O inferno da garotada do Enem de 2019 derivou da incompetência, agravada pela arrogância de seus educatecas. Se jovens como Vitor Brumano não tivessem botado a boca no mundo e se não existisse o tambor das redes sociais, eles seriam jogados num estoque empoçado de estudantes reclamações.

Jair Bolsonaro e Weintraub sempre trataram o Enem como uma questão ideológica. Que seja, mas como diz o seu nome, é um exame. Quem quiser, pode travar uma guerra cultural em torno dos tipo de berinjelas. Afinal, entre outras, há as italianas e as chinesas (comunistas e globalistas). Acima das ideologias, vale a lei do professor Delfim Netto: a quitanda do governo tem que abrir cedo, com berinjelas para vender e troco para a freguesa.

1º da gestão Bolsonaro, Enem tem maior falhas desde 2010

Paulo Saldaña
BRASÍLIA

Apesar de o ministro da Educação, Abraham Weintraub, classificar como um susto o erro em milhares de notas do Enem 2019, a falha nesta edição teve o maior número de afetados diretos desde 2010.

Além disso, o tipo de problema registrado foi inédito na história do exame.

O Enem 2019 foi o primeiro organizado sob a responsabilidade do governo Jair Bolsonaro.

Weintraub havia afirmado na sexta-feira (17) que este havia sido o melhor exame já realizado. Porém, já no dia seguinte confirmou a divulgação de notas com erros.

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) diz que o erro atingiu 5.974 estudantes. Isso representa 0,15% dos participantes.

No entanto, desde 2010, o órgão não comete falhas com um número tão elevado de afetados.

Há um histórico de problemas no Enem desde 2009, quando a prova ganhou o formato atual, ainda no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Naquela edição a prova vazou, e o MEC (Ministério da Educação) teve de adiar o exame. A decisão atingiu todos os 4,1 milhões de inscritos.

No ano seguinte, um problema na impressão das provas provocou uma troca de gabaritos. O problema, identificado ainda na aplicação, afetou cerca de 9.500 candidatos, que puderam refazer a prova depois.

Em 2011, alunos de um colégio particular do Ceará tiveram acesso antecipado a questões que caíram na prova. Apesar da repercussão, apenas cerca de 600 alunos dessa escola tiveram de refazer o exame.

Problemas na correção das redações atingiram 129 candidatos no Enem 2012. As notas desses participantes foram revisadas.

Com o acúmulo de problemas, o governo federal promoveu desde então uma série de melhorias logísticas, com a adoção de protocolos de segurança que envolvem desde a formulação das questões até depois da aplicação.

Houve problemas pontuais ao longo dos anos seguintes, que incluiu investigações sobre vazamentos da prova em 2014 e 2016.

Mas, segundo as informações oficiais, com dimensão reduzida dos casos, as provas não chegaram a ser anuladas para todos os inscritos.

Ainda na edição de 2016, o MEC reaplicou a prova para 270 mil candidatos por causa da onda de ocupações de escolas. O motivo, portanto, não teve relação com o MEC.





Foram constatados, no Enem 2019, erros na identificação dos candidatos e da respectiva cor de sua prova. O problema teria ocorrido por causa de falhas na gráfica, a Valid, que passou a imprimir a prova.

A empresa foi contratada sem licitação no ano passado, mesmo sem ter experiência em trabalhos similares.

Esse tipo de erro foi inédito no Enem. Em nenhuma outra edição houve a divulgação de notas erradas da prova objetiva, corrigidas de forma digitalizada.

A educadora Maria Inês Fini, que presidiu Inep no governo Michel Temer (MDB), diz que, ano a ano, a logística do exame tem sido aprimorada.

"O Inep detém a tecnologia e logística, seja quem for os parceiros", diz ela. "Seguramente houve falha de gestão na verificação das notas dentro do instituto."

O órgão ainda não sabia até

segunda-feira (20) quais protocolos de segurança falharam para que o erro não tenha sido identificado antes da divulgação.

O Inep insiste que a falha se concentrou na Valid, que, procurada, não se manifestou.

Enquanto quase 6.000 participantes tiveram a nota alterada, 172 mil encaminharam email para o Inep com queixas sobre o desempenho. Milhares de participantes temem ter sido prejudicados.

O presidente do Inep, Alexandre Lopes, disse na segunda que as notas de todos os inscritos foram revisadas. Segundo ele, isso garante a confiabilidade das informações.

O governo manteve a abertura do Sisu (Sistema de Seleção Unificada) nesta terça-feira (21), mas estendeu o prazo de inscrição por mais dois dias, até domingo (26). O sistema começou a funcionar com lentidão e falhas.

Início de inscrições do Sisu tem lentidão e instabilidades

BRASÍLIA As inscrições no Sisu (Sistema de Seleção Unificada) foram abertas nesta terça (21) com lentidão e falhas. No início da noite desta terça, a pasta confirmou que o sistema passou por instabilidade ao longo do dia e afirmou que a situação havia sido normalizada.

O sistema concentra as vagas de instituições públicas de ensino superior oferecidas a participantes do Enem. Neste semestre, 237.128 vagas estão disponíveis em 128 instituições de todo o país.

O governo Bolsonaro manteve a abertura das inscrições para esta terça, apesar da divulgação de notas com erros ocorrida na sexta-feira, e adiou o prazo até o domingo (26). O MEC informou que o problema atingiu 5.974 participantes e as notas foram corrigidas na segunda-feira (20).

Participantes relatam nas re-

des sociais que o sistema está lento. Em alguns casos, o site mostra mensagem indicando que o prazo foi encerrado.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou em vídeo publicado na manhã de terça nas redes sociais que o site rodava normalmente, o que foi prontamente questionado por participantes.

Às 19h, o ministro fez nova publicação, admitindo que houve uma instabilidade no sistema ao longo do dia. De acordo com ele, "houve uma demanda muito acima do que era prevista".

O Sisu recebeu, até esse horário, 474.580 inscritos, de acordo com o ministro. O número de inscritos no primeiro dia de inscrições do Sisu em 2019 havia sido de 166 mil.

O MEC estreou um novo site do programa neste ano. O ministro não explicou por que, além da lentidão, candidatos receberam mensagens que indicavam o fim do prazo.

Cerca de 3,9 milhões de pessoas participaram do Enem 2019. PS

Escola no Piauí pede Kit de médico só para meninos

Yala Sena

TERESINA Colégio com a maior nota no ranking nacional do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), o Instituto Dom Barreto, de Teresina, gerou discussão entre pais após exigir, na lista de material escolar, kit de profissão de médico para meninos e de cozinha para meninas.

A exigência causou debate entre os pais e nas redes sociais. No site, a escola pede que sejam enviados para alunos do infantário, bebês a partir de um ano, um estojo (kit de brinquedo) de profissões como médico, mecânico ou bombeiro para meninos. Já na lista para as meninas, havia estojo de salão ou cozinha.

Depois da polêmica em gru-

pos de pais em redes sociais, o item das meninas retirado da lista do site, mas a descrição de kit profissões foi mantida para os meninos. A escola não explicou o que motivou a alteração.

A lista também pede um carro de brinquedo para meninos e uma boneca para meninas.

Com dois filhos na escola, o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do Piauí Francisco Meton Marques disse que não aprova a divisão das profissões.

“A escola deve evitar a divisão por sexo. A escolha da profissão independe de gênero. Haveria impedimento para eu ser cozinheiro? Por que não médica, bombeira, mecânica? Não vejo motivo para separar”, disse o desembarga-

dor. Ele citou ainda que até a CLT (Consolidações das Leis do Trabalho) revogou itens que separavam trabalho para mulheres e para homens.

A cantora Lilly Araújo, 43, que tem dois filhos na escola, diz que vê o debate como desnecessário e que a metodologia do Dom Barreto é inclusiva.

“Eu penso que a lista específica para meninos e meninas é para ajudar os pais quando forem comprar a lista de material. Para a minha filha comprei a maleta de médica e não teve nenhum problema”, disse.

O Dom Barreto, que atende mais de 2.000 estudantes, foi fundado pela Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. O instituto afirma apostar em car-





ga horária diferenciada e em monitorias, além da oferta de disciplinas como xadrez, robótica, latim, filosofia, sociologia, inglês e espanhol.

Em 2015, o colégio levantou outro debate ao substituir o Dia das Mães por Dia da Família. A mudança causou discussão, mas foi aprovada pelos pais. A escola foi pioneira ao incluir em seus quadros uma professora transexual.

Em nota, o instituto afirma que ao longo de sua existência tem trabalhado para uma educação “libertadora de quaisquer amarras derivadas de preconceitos e discriminação”.

A diretora-geral do Dom Barreto, Stela Rangel, disse que a escola atende cerca de 80 bebês no infantário, que a divisão de sexo é para garantir a diversidade de itens em cada sala e que os kits são de uso coletivo.

9. MATERIAL LÚDICO (BRINCAR O FAZ DE CONTA)

- 1 (um) brinquedo educativo na faixa etária da criança (o bom brinquedo é aquele que atende às necessidades e possibilidades de cada fase). E claro, não dá para se descuidar da segurança. Como os pequenos levam tudo à boca, evite peças miúdas e modelos frágeis;
- 1 (um) adereço para baú de fantasia (varinha, chapéu, capa, asa de borboleta, máscara de personagens infantis), 1 (um) fantoche, 1 (uma) cabeça de bichinho;
- 1 (um) carro de brinquedo (RESISTENTE E GRANDE) para meninos e 1 (uma) boneca para meninas;
- 1 (um) animal de borracha (grande) para se familiarizar com o mundo animal;
- 1 (um) kit profissão (médico, mecânico, bombeiro) para os MENINOS;
- 1 (um) kit profissão (salão, cozinha) para as MENINAS (Peças grandes).
- 1 (um) instrumento musical para aulas de musicalização (NÃO PODE SER BRINQUEDO).

Lista de material escolar para o infantário do Instituto Dom Barreto, em Teresina, melhor do estado no Enem Reprodução

Mais problemas com o Enem

Realizado nos dias 3 e 10 de novembro de 2019, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) voltou a apresentar problemas. Desta vez, foram falhas ocorridas nos gabaritos das provas, que teriam sido trocados no momento do envelopamento na gráfica contratada pelo Ministério da Educação (MEC).

Essas falhas foram descobertas no final da semana passada, quando as notas individuais do Enem foram divulgadas e muitos estudantes as questionaram nas redes sociais. Em resposta, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o erro teria atingido um grupo “muito pequeno, alguma coisa como 0,1% do total de 3,9 milhões” de candidatos que prestaram as provas – o equivalente a 3,9 mil estudantes. Pouco tempo depois, a direção do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o órgão do MEC encarregado de elaborar e aplicar o Enem, reconheceu que as falhas poderiam ter afetado um número dez vezes maior – cerca de 39 mil estudantes.

A repercussão foi a pior possível nos meios educacionais, pois o Enem é a espinha dorsal do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que oferece 237 mil vagas em universidades federais. As notas também são usadas no Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas em universidades particulares, e no Financiamento Estudantil (Fies), que financia o pagamento de mensalidades.

Procurando minimizar o tamanho do problema, as autoridades afirmaram então que o número de afetados “não chegava a 9 mil” e que os erros de correção teriam sido identificados na prova de matemática e ciências da natureza, aplicada no dia 10 de novembro. Mas, enquanto o MEC montava às pressas uma força-tarefa para tentar descobrir o que de fato ocorreu, corrigindo novamente todas as provas para identificar inconsistências nos gabaritos e prometendo que nenhum candidato seria prejudicado, o Inep admitiu que somente teria uma dimensão real do problema no início da semana. Entre outros motivos, porque também foram detectados erros de correção na prova de redação, linguagens e ciências

humanas, realizada no dia 3 de novembro.

A partir daí, ficou claro que, dependendo do número de estudantes afetados, a área educacional do governo terá dificuldade para garantir confiabilidade dos resultados do Enem de 2019. Além disso, o ministro Abraham Weintraub, que em novembro prometeu a realização de um Enem sem problemas e no dia de uma das provas foi surpreendido com o vazamento da foto de uma folha de redação quando ela estava sendo realizada, sairá desse episódio politicamente ainda mais enfraquecido.

Além de ter perdido tempo com polêmicas desnecessárias e inoportunas, acusando as universidades de serem locais de “balbúrdia e doutrinação” e privilegiando critérios religiosos e ideológicos em detrimento de critérios técnicos em suas decisões, sua gestão já vinha sendo marcada pela inépcia administrativa.

Os problemas com os gabaritos do Enem são mais uma comprovação do modo desastroso como o governo Bolsonaro administra a área da educação. A gráfica selecionada para imprimir provas e gabaritos, por exemplo, desde o início foi criticada por não ter experiência em serviços parecidos com os exigidos pelo Enem nem logística e infraestrutura adequadas para armazenar e manusear os malotes que seriam despachados. Criado há mais de oito décadas, o Inep também viveu em 2019 um dos períodos mais problemáticos de sua história. O órgão teve três presidentes num ano e ficou com uma de suas diretorias vaga por cinco meses. Por fim, o MEC – que teve dois ministros ao longo do ano – também perdeu tempo discutindo a criação e o modo de trabalho de uma comissão encarregada de expurgar questões consideradas conflitantes com os valores políticos do presidente Jair Bolsonaro.

Os problemas ocorridos com o Enem de 2019, que estão frustrando um número significativo de estudantes, não surpreenderam ninguém.

Impasse entre governo e Congresso ameaça fundo da educação básica

Ministério da Educação e parlamentares divergem sobre aporte da União no Fundeb, usado para pagar salários de professores

Daniel Weterman | BRASÍLIA

Impasse entre governo e Congresso ameaça o futuro da principal fonte de financiamento da educação básica no País. A vigência do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) termina no fim de 2020 e ainda não há consenso sobre o formato que passará a vigorar a partir de 2021. A pressão aumenta por causa das eleições municipais, já que prefeitos dependem dos recursos para pagar professores e pressionam deputados a aumentar a fatia destinada às cidades.

A única concordância é que será preciso criar um novo fundo em substituição ao atual e torná-lo permanente. Fora isso, só há divergências. A principal delas é quanto cada um dos entes federativos vai contribuir para o fundo, que, neste ano, envolve receita de R\$ 173,7 bilhões. O Ministério da Educação propõe aumentar de 10% para 15% o aporte do governo federal no novo Fundeb. A bancada da educação no Congresso, formada por aliados e opositores ao Planalto, quer elevar a participação do governo para 40%.

O percentual maior, porém, defendido pela relatora da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) na Câmara, Professora Dorinha Seabra (DEM-TO), não encontra consenso nem entre os deputados. O presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse no ano passado que o

governo não teria recursos para bancar um aumento desse tamanho. Atualmente, Câmara e Senado discutem propostas diferentes sobre o Fundeb, mas prometem fechar um texto de consenso para votar mais rapidamente nas duas Casas.

Diante do impasse, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou o envio de uma PEC do governo aumentando a fatia da União de 10% para 15%. "A proposta que está no Congresso aumenta quatro vezes o volume. E aí, quem vai pagar por tudo isso? Eu vou dizer: eu, você, com mais impostos, crise fiscal, recessão e inflação", afirmou o ministro nas redes sociais. Ele classificou os congressistas que pedem mais recursos como "demagogos".

O Ministério da Economia calcula em R\$ 855 bilhões o efeito do aumento da complemen-





tação da União para 40% em dez anos. A consultoria da Câmara fez um cálculo diferente, apontando impacto de R\$ 279 bilhões no período.

O comentário de Weintraub só aumentou a crise. O presidente da comissão especial na Câmara que discute a criação do novo Fundeb, deputado Baccelar (Pode-BA), afirmou que a proposta do governo será ignorada e o “texto já em tramitação (*de autoria do Congresso*), votado em março”. “Não é o fato de o governo mandar que o Congresso vai engolir. Nós temos autonomia e o debate é longo”, referendou a relatora.

O risco é o ano acabar sem uma proposta de consenso. A saída, neste caso, seria apenas prorrogar o Fundeb atual, sem mudar o formato. “Se for esse caminho, é um fracasso do governo e uma tragédia de cenário para o País”, afirmou o presidente da Comissão de Educação da Câmara, Pedro Cunha Lima (PSDB-PB).

Disputa. Sem base aliada no Congresso, ministros do gover-

● **Embate**

“A proposta no Congresso aumenta quatro vezes o volume. Quem vai pagar?”

Abraham Weintraub
MINISTRO DA EDUCAÇÃO

“Não é o fato de o governo mandar que o Congresso vai engolir.”

Professora Dorinha (DEM-TO)
RELATORA DA PEC NA CÂMARA

no Bolsonaro enfrentam dificuldades para aprovar os assuntos de seu interesse. Soma-se a isso o fato de Weintraub não ter muitos amigos nas duas Casas Legislativas. Nas vezes em que participou de audiências públicas, o clima foi de hostilidade. “Não podemos aumentar o repasse da União a ponto de o governo não suportar. O problema é que o governo não confia em si mesmo e não confia nos outros também”, declarou o presidente da Comissão de Educação do Senado, Dário Berger (MDB-SC).

Em dezembro, Weintraub estava em férias quando voltou a





entrar em atrito com o Legislativo. Ele demitiu o presidente do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rodrigo Dias, nome ligado a Rodrigo Maia.

O Fundeb responde hoje por 63% das verbas destinadas aos ensinos fundamental e médio. A maioria do dinheiro vai para pagar o salário de professores. Em algumas prefeituras, 100% da verba é destinada para essa finalidade.

O líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), disse buscar um meio-termo entre os 15% propostos por Weintraub e os 40% defendidos por parlamentares. "A discussão tem um rito próprio e vamos acabar entrando em um acordo", afirmou.

Desequilíbrio. O debate sobre o futuro do Fundeb expõe um desequilíbrio na distribuição dos recursos entre os municípios. Pelas regras atuais, algumas prefeituras com alta arrecadação tributária recebem um repasse extra da União para pagar professores e comprar material escolar, enquanto cidades mais pobres não conse-

guem o mesmo.

É o caso de Pedra Azul (MG), no Vale do Jequitinhonha, região mais pobre de Minas Gerais. Com quase 25 mil habitantes, o município terá R\$ 10,6 milhões do Fundeb em 2020 e não poderá contar com nenhuma complementação da União no fundo. A 665 quilômetros dali, Camaçari (BA), considerado o maior polo da indústria química e petroquímica do Hemisfério Sul, receberá uma complementação de R\$ 29,2 milhões da União, além de R\$ 100 milhões do Fundeb.

A secretária de Educação de Camaçari, Neurilene Martins, admitiu a discrepância na distribuição do Fundeb, mas disse que todos os municípios dependem dos recursos do fundo e não podem abrir mão dos repasses. No município, 100% do valor é usado para pagar professores e outros profissionais da rede de ensino. "O regramento do Fundeb não dá conta, há territórios no Brasil que ficam descobertos. Se não fôssemos a cidade com esse fôlego, nem pagaríamos a folha", disse ela.

SISU »

Página instável marca abertura das inscrições

Maria Eduarda Cardim
André Phelipe*
Gabriel Pinheiro*



Marcelo mostra a página do SisU inoperante ao tentar se inscrever

Apesar das notas corrigidas, os participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019 encontraram mais problemas para fazer as inscrições no Sistema de Seleção Unificada (SisU), no primeiro dia de abertura do sistema. Houve quem tentasse se registrar, mas foi informado, erroneamente, que o processo havia sido encerrado ou que não havia nota de corte para o curso escolhido. Além disso, nas redes sociais pode-se observar várias queixas sobre lentidão e instabilidade do site, além da dificuldade de autenticar os dados preenchidos.

O SisU foi um dos assuntos mais comentados no Twitter durante todo o dia. O Ministério da Educação (MEC) afirmou que as falhas

ocorreram “provavelmente devido à grande quantidade de acessos no portal” durante a madrugada. Em sua conta no microblog, o ministro Abraham Weintraub publicou um vídeo em que afirma que “o SisU está funcionando normalmente” e que cerca de 500 mil inscrições já haviam sido feitas.

“Desde as 6h da manhã tentei fazer a inscrição. Primeiro, fiquei uns 40 minutos tentando e, quando entrei, não apareceu nenhuma opção de curso e nenhuma instituição de ensino. Recarreguei a página várias vezes, e nada. Só voltava para a área de login”, disse Marcelo Eijji, de 20 anos, que tenta pelo segundo ano consecutivo utilizar a nota do Enem no SisU para ter a chance de estudar em uma universidade. “Eu preciso saber qual vai ser o resultado para poder me preparar, porque, dependendo da minha classificação, vou ter que recorrer a outras faculdades”.

Dyana Mayumy Borges Hatano, 20 anos, que pretende cursar química, encontrou as mesmas dificuldades. “Não foi só neste ano que foi difícil. Em 2019, foi a mesma coisa, até um pouco pior. Cheguei passar a madrugada toda tentando e só consegui na manhã do dia seguinte, com muito custo”,

relembra. Ela acredita que o MEC deveria criar uma estrutura melhor para que o SisU consiga atender a todos os participantes. “Muita gente depende desses programas. Quando chega esse período, muitos fazem ao mesmo tempo e o site acaba caindo”.

A assistente administrativa Andreia Marques, 36 anos, que tentou ajudar a filha Ana Carolina Conforte, de 19 anos, a fazer a inscrição no curso de biotecnologia, na Universidade de Brasília (UnB), classificou o episódio como uma falta de respeito. “Caso a gente não consiga fazer, vai afetar muito a minha filha. O ensino superior é importante para esses jovens, é a chance que possuem de mudarem de vida”.

Serão ofertadas 237.128 vagas, em 128 instituições de ensino superior públicas. Os interessados devem se inscrever pelo site do SisU e podem escolher até duas opções de curso. É permitido alterar a escolha durante o período de inscrições. A ordem de preferência de instituição, local de oferta, curso, turno e modalidade de concorrência deve ser especificada. As inscrições acontecem até as 23h59 de domingo.

*Estagiários sob supervisão de Fabio Grecchi

Entrevista / Márcia Abrahão, reitora da UnB **"EPISÓDIO COLOCA EM XEQUE O ENEM"**

Ao CB.Poder, reitora da Universidade de Brasília, Márcia Abrahão, classifica erro no Exame Nacional de Ensino Médio como "lamentável"

» AGATHA GONZAGA

Apesar da correção dos erros nas notas de cerca de 6 mil estudantes no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), realizado em 3 e 10 de novembro de 2019, a Universidade de Brasília (UnB) acredita que não haverá problema na inscrição das 2,1 mil vagas oferecidas pela instituição brasiliense. De acordo com a reitora, Márcia Abrahão, o único receio é não sofrer ações após o ingresso dos novos alunos. "A nossa preocupação é que se faça uma conferência em detalhes para que aqueles que de fato foram aprovados ingressem nos cursos. As nossas universidades não podem ser, por questões de outras ações, como judiciais, obrigadas a incorporar mais estudantes do que o número de vagas que nós abrimos", pontuou.

A declaração foi dada em entrevista ao programa CB.Poder, parceria do Correio Braziliense com a TV Brasília. Entre os assuntos discutidos, a reitora ainda justificou o abandono do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para classificação na UnB. "Nós resolvemos sair do Sisu por diferentes motivos. Um é que o calendário, às vezes, não é o mesmo



"A questão da justiça tem a ver com a formação diferenciada. Existem estudantes com diferentes níveis de renda, e é por isso que hoje ainda é extremamente importante que nós tenhamos as cotas raciais e sociais"

que o nosso; então, como o nosso semestre começa em 9 de março, precisamos fazer várias chamadas", explicou. "E nós fizemos um estudo também que mostrou que, ao fim do segundo ano, o estudante do Sisu abandonava a universidade, percentualmente, o dobro de vezes que um estudante que entra pelo PAS ou pelo vestibular. Isso é um prejuízo público enorme", avaliou.

Confira abaixo os principais trechos da entrevista:

Que avaliação a senhora faz da situação ocorrida com o Enem, sobre a troca de notas?

É um episódio lamentável, que coloca em xeque um exame de tão

alto nível, como é o Enem. No caso da UnB, nós utilizamos apenas uma parte das vagas, cerca de 2,1 mil, mas estamos muito preocupados, porque isso traz uma certa insegurança para os candidatos. São jovens com expectativas e sonhos para entrarem na universidade. Realmente, é algo que ainda não está totalmente esclarecido. Nós estamos acompanhando com muita apreensão, mas, por outro lado, temos segurança de que a equipe técnica de servidores concursados do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), que é uma equipe de altíssimo nível, tem toda a condição de resolver esse problema.





Acredita que existe a possibilidade de o Enem ser cancelado?

Pelo que eu ouvi do ministro e do presidente do Inep, acredito que não. A nossa preocupação é que se faça uma conferência em detalhes para que aqueles que de fato foram aprovados ingressem nos cursos. As nossas universidades não podem ser, por questões de outras ações, como judiciais, obrigadas a incorporar mais estudantes do que o número de vagas que nós abrimos.

A UnB recebe alunos do Enem e do PAS (Programa de Avaliação Seriada).

Há diferença de qualidade na seleção dos calouros?

Não há diferença de qualidade. Muitas vezes, os que vem do PAS são mais jovens, porque ingressam assim que terminam o ensino médio. O que nós temos é que uma parte dos estudantes que entram na universidade com o Enem se evadem com muita facilidade, porque são estudantes que vêm do Brasil inteiro e, como Brasília é uma cidade que tem custo de vida mais alto, nós temos essa questão.

A senhora acha justo o Enem? Porque no Enem, um estudante de Brasília de classe A, que estuda em boa escola, vai disputar uma vaga da UnB com um estudante do interior do Amazonas. A senhora acha justo um só exame para esses milhões de estudantes?

Essa é uma avaliação que a gente faz para todos os exames. Para o vestibular, para o Enem e para o PAS. Inclusive, na época quando foi criado o Enem, eu era decana do

ensino de graduação e a proposta que fiz para o então ministro da Educação era para que nós criássemos o PAS nacional. Aqui, temos três anos seguidos para o estudante ir amadurecendo e acumulando a nota. Nós não conseguimos implantar isso. Acho que pode ser um caminho. Agora, a questão da justiça tem a ver com a formação diferenciada. Existem estudantes com diferentes níveis de renda, e é por isso que hoje ainda é extremamente importante que nós tenhamos as cotas raciais e sociais.

"Temos pouco contato com o governo. Eu convidei o ministro para ir à UnB e vou renovar o convite para ele conhecer a nossa universidade"

O Sisu está com inscrições abertas até domingo, e a UnB não adere mais a esse sistema. Esse fato de a universidade criar acesso ao Enem à parte é para impedir essa entrada de alunos de fora, que talvez tenham uma evasão maior? É para privilegiar o candidato do DF?

Não, porque nós continuamos utilizando o Enem. Por exemplo, nós abrimos 2,1 mil vagas para o Enem e tivemos 38 mil inscritos, que é muito maior que o número de inscritos do PAS. Mas nós resolvemos sair do Sisu por diferentes motivos. Um é que o calendário, às vezes, não é o mesmo que o nosso; então, como o nosso semestre começa em 9 de março, precisamos fazer várias chamadas. O estudante do Sisu é de vários estados, está esperando ser chamado

no seu estado; então, ficava essa mudança muito abrupta. E nós fizemos um estudo também que mostrou que, ao fim do segundo ano, o estudante do Sisu abandonava a universidade, percentualmente, o dobro de vezes que um estudante que entra pelo PAS ou pelo vestibular. Isso é um prejuízo público enorme.

A universidade preenche as vagas dos alunos evadidos, ou o curso fica com menos estudantes?

Nós buscamos preencher. Nós retomamos a oportunidade das vagas para estudantes que são graduados, aqueles que chamamos de portadores de diploma de curso superior. E também para estudantes de transferência facultativa. Então, nós abrimos o edital anualmente, utilizamos a nota do Enem e o estudante de outra universidade pública ou privada se inscreve para preencher essas vagas que sobram.

Recentemente, a UnB criou uma secretaria que está sendo chamada de imobiliária, que tem o objetivo de alugar 170 imóveis. Qual é a expectativa de receita com esses imóveis?

Nós temos hoje uma renda própria, substancial. Ou seja, 40% do que a UnB utiliza anualmente é de arrecadação da própria universidade. Tanto de imóveis quanto de projetos. O orçamento da União acabou de ser publicado no Diário Oficial, e estamos avaliando como será. O que tem de novo neste ano é que, pela primeira vez, apenas 75% do orçamento estará disponível para a universidade, e aproximadamente 25% é uma caixinha que nós não podemos usar,





dependemos de autorização do Legislativo. Nós temos, aproximadamente, 1,5 mil imóveis que alugamos. E esse novo setor, na verdade, é uma reorganização interna para dar um pouco mais de fôlego. Estamos com editais para ocupação do nosso parque científico e tecnológico, além de outros terrenos.

E, caso não sejam alugados, eles poderão ser colocados como moradias estudantis?

O propósito é diferente. Nós temos apartamentos para moradia estudantil, temos também um auxílio para os estudantes que não têm essa moradia, mas esses apartamentos aos quais eu estou me referindo são de fato para aluguel para servidores e para o mercado. Uma parte desses apartamentos é usada para a nossa política de internacionalização, para atrair pesquisadores de outros países.

Como está a relação com o governo Bolsonaro?

Nós trabalhamos institucionalmente. Somos uma das melhores universidade da América Latina, a oitava melhor universidade do Brasil e cada vez com indicadores acadêmicos melhores. Temos pouco contato com o governo. Eu convidei

o ministro para ir à UnB e vou renovar o convite para ele conhecer a nossa universidade. Mas é uma relação institucional, e tem funcionado da forma como é possível.

Como está a preparação para receber os calouros do PAS, que terá o resultado divulgado nessa quarta-feira?

Nós estamos com uma série de ações, porque temos dois momentos sublimes, que é quando eles ingressam e, depois, quando eles se formam. Vamos ter as boas-vindas com palestras e com uma grande novidade: o registro dos calouros não precisa mais ser presencialmente. Tudo pode ser feito on-line a partir deste semestre, o que é também uma forma de fixar mais o estudante de fora. Nós temos um passo a passo, começamos a divulgação nas nossas redes e esperamos que eles fiquem bem felizes com a UnB.

"Nós temos hoje uma renda própria, substancial. Ou seja, 40% do que a UnB utiliza anualmente é de arrecadação da própria universidade. Tanto de imóveis quanto de projetos"

A UnB e as outras universidades têm tido registros de problemas de saúde mental. Quais providências têm sido adotadas?

Esse é um drama do nosso tempo, principalmente entre os jovens. A UnB tem 46 mil alunos, e a faixa etária mais propensa a ter problemas de saúde é a mesma que temos na universidade. Então, temos atuado nisso. Criamos uma diretoria de atenção à saúde da comunidade universitária, trouxemos um psicólogo para comandar o Decanato de Assuntos Comunitários, integramos vários setores internamente que atuam na parte de apoio ao estudante, desde apoio psicológico a uma relação com Hospital Universitário em casos mais graves, além de palestras, rodas comunitárias e rede interna de acolhimento para fortalecer o que chamamos de política integrada da vida estudantil. Porque, às vezes, quando o estudante chega, ele não sabe onde que fica o restaurante, onde buscar apoio para moradia, para a saúde mental... Então, estamos criando essa rede para dar melhor qualidade e permanência do nosso estudante na universidade.

Walmor Parente (interino)**Aos reitores**

O Ministério da Educação proibiu a contratação de professores e técnicos pelas universidades federais. A Secretaria de Educação Superior afirma, em ofício encaminhado aos reitores das instituições, que "a eventual nova nomeação de professores ou técnicos será considerada ato nulo".